

UNIPER
34

Arquivado
mm 7

C. B. D. E.
ENTRADA
30UT68
Nº 1564/68

44

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

OFICIO CIRCULAR Nº 115/68/GB/SG/SA Em, 27 de setembro de 1968

Do: Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

Ao: Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Assunto: encaminha relatório

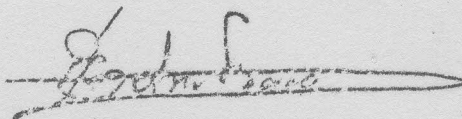
SDIP
H. X. 88
RMT

Senhor:

É com prazer que lhe encaminhamos, em anexo, o relatório que submetemos à apreciação do Senhor Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, relativo às atividades desenvolvidas por esta Secretaria Geral, durante os meses de junho, julho e agosto.

Acreditamos que o trabalho ora apresentado servirá para conhecimento, por parte desse Órgão do esforço e empenho que vimos desenvolvendo para consecução dos objetivos que o ideal da Educação nos faz vislumbrar.

Ao ensejo, apresentamos-lhe nossos protestos de estima e apreço.



Edson Franco
Secretário Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA GERAL

OFÍCIO Nº 533/68/BSB/SG/SE

Em 23 de setembro de 1968

DO: Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura

AO: Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura

Senhor Ministro:

Não é tarefa das mais fáceis a de manter regularidade na apresentação mensal de relatórios. Aliás não era nossa pretensão ser inflexível nessa modalidade de apresentar os aspectos, favoráveis ou desfavoráveis de nosso trabalho, a cada trinta dias. Temos convicção, porém que nos meses de agosto, julho e junho, pudemos, contribuir para a realização de atividades de suma importância para os destinos deste Ministério.

2. De um lado, tornaram-se, nesse trimestre, mais efetivas as COORDENAÇÕES ESTADUAIS, seja pelas designações feitas por Vossa Excelência, seja porque puderam já contribuir para algumas das atividades desta Casa, sob o singular aspecto de coordenação de procedimentos.

3. De outra parte, pudemos convencionar com os Estados para a efetivação do Plano Nacional de Educação com os recursos orçamentários de 1968; sugerimos EMENDAS AO ORÇAMENTO proposto para 1969, sobretudo no que se refere à vindoura execução, no ano próximo, do Plano Nacional de Cultura, cuja dotação, apesar de apresentada por este Ministério, não foi devidamente considerada na proposta; pudemos elaborar um documento, INFORME DA DELEGAÇÃO DO BRASIL À CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, promovida pela UNESCO; pudemos realizar uma reunião interna dos integrantes da Secretaria Geral, em São José dos Campos, São Paulo, graças à expressiva gentileza do Centro Técnico de Aeronáutica, na pessoa de seu diretor o Coronel Paulo Victor; pudemos elaborar, com a colaboração da Inspetoria

Geral de Finanças o cronograma de desembolso das despesas de custeio e de capital do corrente ano, até maio de 1969; pudemos, enfim, contribuir para a organização e desenvolvimento do programa do Govôrno na Amazônia, sob a direção de Vossa Excelência.

4. SECRETARIA - Os números falam claro das atividades desenvolvidas por quantos integram a Secretaria Geral. Somente no mês de agosto quatro viagens foram feitas por nós sendo entre elas à Amazônia e outra a São José dos Campos. Realizamos 14 reuniões diversas na Guanabara, atendemos 179 pessoas no mês de agosto; recebemos e damos 607 telefonemas. Tomamos fatos diversos para declarar o empenho de todos na obra realizada. Em Brasília nossa SECRETARIA também funciona como SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO para evitar maiores dispêndios. Faço anexo (I) uma ordem de serviço que está sendo posta em prática e que decorreu de um grande esforço da SECRETARIA dêste órgão.

5. SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - A apresentou, convenientemente, um desenvolvimento que já lhe é peculiar. Dos quadros encaminhados fazemos transcrição no anexo (II) pois que explicitam a situação daquele setor entregue à direção e coordenação desta Secretaria Geral por força do Decreto nº 60 590 de 18 de abril de 1967.

6. SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANO NACIONAL DE CULTURA - Além dos atos internos de rotina, devo destacar:

- 6.1. - Foram lavrados e assinados 9 (nove) convênios, dentro do Plano Nacional de Cultura e segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Cultura.

- 6.2. - Tendo em vista as razões apresentadas, foram lavrados 6 (seis) termos aditivos a convênios integrantes do Plano de Emergência de 1967, prorrogando até 15 de outubro o prazo para prestação de contas.
- 6.3 - Foram verificadas e encaminhadas à Inspetoria Geral de Finanças e Conselho Federal de Cultura as Prestações de Contas dos seguintes órgãos que assinaram convênios dentro do Plano de Emergência:
- Museu Histórico Nacional
 - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 - Serviço Nacional do Teatro
 - Museu Nacional de Belas Artes
 - Secretaria de Educação do Paraná
 - Prefeitura Municipal de Carazinho
 - Universidade Federal de Santa Maria
 - Serviço de Radiodifusão Educativa
- 6.4. - Participou a Sec. Exec. PFC do encontro levado a efeito nos dias 18 e 19, no Centro Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, São Paulo, em mais uma vitoriosa iniciativa do Sr. Secretário Geral do MEC.
- A chefia está providenciando o pronto atendimento às recomendações provenientes daquele encontro, o que dizem respeito a este Setor.

7.

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO - foi, talvez, a que maior produção apresentou no trimestre. A divisão do trabalho obedeceu ao esquema provisório anteriormente apresentado e que se constitui no trato dos assuntos ministeriais (coordenando as atividades dos órgãos do MEC e estabelecendo contato com outros ministérios), estaduais (coordenando os representantes do MEC nos Estados e cuidando de todas as articulações com as entidades educacionais das unidades federadas) e internacionais, procurando maior entrosamento com organismos internacionais públicos e privados. É um esquema cuja racionalidade vem apresentando resultados positivos, não podendo contudo ter um caráter de setor, visto que é cuidada apenas por um funcionário em cada um deles, respectivamente, Herbert Alencar de Souza e Itália Viamonte, Dora Martini e Carlotta Braga Santoro, esta última atuando recentemente, em virtude da ausência temporária da funcionária Sônia Botelho Junqueira e a transferência de Maria Elisa Carrazzoni para a Divisão de Planejamento. Este deficit de pessoal naturalmente vem prejudicando um desenvolvimento mais acentuado das referidas atividades, às quais se somam outros encargos da Secretaria Geral.

7.1. - Internacional

Tentando estruturar o mecanismo que possibilitará o intercâmbio com os organismos internacionais e estrangeiros em assuntos relacionados com a educação e a cultura, estamos fazendo um levantamento das entidades públicas e privadas ligadas ao assunto. Baseados numa pesquisa já feita pelo IPÊA, em dezembro de 1965, e complementada com consulta ao Anuário das Organizações Internacionais, está sendo organizado um fichário com estas

informações, contendo nome, endereço, representação no Brasil, objetivos, modalidades de assistência prestada. Igualmente está sendo organizado um esquema prático visando contato com entidades internacionais (através de cartas e entrevistas com representantes no Brasil).

Fora da área ministerial, dada a especificidade no campo internacional, foi realizado um contato com o Itamarati através do Departamento Cultural. Com êsse entrosamento foram verificadas várias possibilidades de realização conjunta MEC-Ministério das Relações Exteriores e de um aproveitamento mútuo de esforços.

7.1.1 - Reunião do BIRD

Foram mantidos contatos absolutamente preliminares com representantes de u'a missão conjunta da UNESCO/BIRD/FAO, a qual após longo exame das possibilidades nacionais, conclui que os estudos a serem considerados como viáveis para fins de financiamento seriam nas áreas de ensino agrícola, secundário e industrial. Os recursos seriam aplicados na construção, equipamento e mobiliário de colégios desses três níveis e em centros de professores secundários (matérias acadêmicas) e industrial, preferencialmente nos Estados de Pernambuco, São Paulo, Sergipe, Brasília, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará. Para desenvolvimento das conversações com os órgãos interessados foi feita uma reunião preliminar no dia 11 de junho e outras subsequentes de 16 a 24 do mesmo mês até 3 de julho. A efetivação do financiamento dependerá de comunicação do BIRD, e conseqüentemente formação de um grupo de trabalho com representantes de cada órgão interessado e da Secretaria Geral para com o grupo de peritos da UNESCO levantarem os dados necessários e elaborarem em forma definitiva os projetos.

7.1.2 - GRUPO LITTON

O oferecimento de financiamento por um grupo da "The Litton Industries", motivou reuniões durante cinco dias no mês de junho de dois técnicos desse grupo com diretores do MEC, para exame de projetos educacionais. A divisão de Coordenação esteve presente em todos os trabalhos, colaborando com

a Divisão de Planejamento da Secretaria Geral.

7.1.3 - Missão UNESCO/Faculdade de Educação

Em meados de agosto estabeleceram contato e promoveram reunião com V. Sa e três técnicos da UNESCO, Prof. J. Laurvorys (Inglaterra), Prof. R.L. Paucke de Ghent (Bélgica) e Profa. Galino (Espanha) que vieram ao Brasil para colaborar nos estudos que estão sendo feitos para institucionalização das Faculdades de Educação. Os técnicos que acompanharam posteriormente o III Seminário de Assuntos Universitários promovido pelo Conselho Federal de Educação, propuseram ajudar no estudo local das necessidades, no exame da estrutura aconselhada para uma organização da Faculdade e informaram sobre a assistência da UNESCO em termos de recursos, pessoal, bolsas.

7.2 - Ministerial

A coordenação entre os órgãos do Ministério da Educação e deste com os demais Ministérios, vem se processando ainda com medidas isoladas, mais propriamente para atender casos específicos.

Inclui-se neste caso a Reunião com as Diretorias do Ensino Secundário, Industrial, Comercial e Agrícola, realizada em 24 de julho, que discutindo os termos de convênio que institui o Centro de Educação Técnica da Amazônia (CETAM), examinaram a possibilidade de constituição de outros Centros no País, que proporcionem num único estabelecimento, o conhecimento básico do ensino técnico. A medida visava permitir maior aproveitamento do equipamento com a economia de recursos, atualização permanente do professor e outras vantagens.

Igualmente para a elaboração de um documento constante de diretrizes gerais de uma política educacional para o meio rural, deu-se prosseguimento aos trabalhos do grupo instituído para esse fim, devendo apresentar um resultado definitivo ainda no mês de setembro.

Por outro lado, visando maior entrosamento entre os Ministérios da Educação e do Interior, na área educacional, foi realizada nos dias 20 a 21 de junho, a Primeira Reunião Conjunta das duas Secretarias Gerais destes Ministérios, que contou

com a participação de representantes dos Departamentos de Recursos Humanos dos Organismos Regionais (M.I.) e representantes das Divisões de Planejamento e Coordenação da Secretaria Geral do MEC. Resultou do encontro importantes recomendações que definem bem a necessidade de articulação e colaboração de diversos órgãos educacionais, inclusive com as Universidades. Neste particular, recebemos do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Maria oferecimento dos serviços dos técnicos daquela Universidade. Além disso participou a Divisão de Coordenação da Reunião no setor educacional do IPHA, quando da apresentação do Programa Operação Escola; do III Seminário sobre Assuntos Universitários, promovido pelo Conselho Federal de Educação, nos dias 27/28 e 29 de agosto, e ainda, expôs, na Reunião Conjunta da Secretaria Geral, em São José dos Campos, o programa que vem desenvolvendo.

7.2.1 - Levantamento do MEC

Todavia, o trabalho de coordenação nesta área sofrerá organicidade. Até agora tem se concentrado mais em prestar informações sobre variados assuntos, inclusive uma lista telefônica do MEC elaborada e distribuída entre os próprios órgãos do MEC e os demais Ministérios. Nesse sentido, visando realizar um levantamento de subsídios para um esboço histórico do MEC e, ainda a coleta de informes capazes de instruir a Divisão na sua função primordial elaboramos um questionário (anexo) e o distribuímos aos Órgãos Centrais numa primeira fase do Trabalho. Para o mês de setembro, está previsto o recolhimento dos questionários, codificação e elaboração do organograma axional do MEC, organização do quadro dos encargos do MEC com convênios e outro questionário dirigido, dessa feita, aos órgãos auxiliares administrativos e técnicos.

Paralelamente, já está se fazendo um fichário de todos os convênios, acordos e contratos do Ministério e seus órgãos, no setor nacional e internacional, à medida que nos são fornecidas cópias, e também, um fichário das dotações do PNE, nas rubricas Ensino Primário, Médio e Salário Educação.

7.3 - ESTADOS

Continuando o programa de visitas às coordenações estaduais, visando a sua implantação definitiva, o responsável pela Divisão de Coordenação entre os dias 16 e 20 de julho nas capitais dos Estados do Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Cabe ressaltar que, com exceção do Pará, onde a Coordenação foi uma das primeiras a ser instalada, nos demais Estados, embora tenha havido a reunião prévia, a indicação de um representante como responsável pela Coordenação, a apresentação e estudo de alguns problemas sobre o assunto, existia a expectativa de oficialização do que até então fora feito. A maioria não havia realizado, talvez mais de três reuniões, apesar de sentirem a indispensabilidade daquela articulação. Todavia, a nosso ver, isto foi o maior mérito naquele trabalho inicial - conseguimos a afirmação de u'a mentalidade, constituindo um ambiente propício à introdução da nova estrutura preconizada pela Reforma Administrativa. Nossa visita, efetivada em cada local com uma reunião informal com todos os representantes do MEC, teve assim um caráter quase de instalação dessas coordenações. Serviu, além disso, para expormos brevemente alguns programas do MEC, a fim de fundamentarmos a necessidade do seu conhecimento, para que após estudos cuidadosos por parte do grupo, pudessem atingir uma perfeita integração do MEC com as Secretarias de Educação nos Estados.

Por outro lado, com a designação feita por Vossa Excelência de mais 15 coordenadores, elevou-se para 17 o número de Estados com coordenadores efetivamente designados, faltando apenas os Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde as coordenações funcionam sob os cuidados de um responsável. Assim, sendo, a necessidade de se estabelecer criteriosamente o Sistema de Coordenação até então implantado em caráter precário, levou à Divisão de Coordenação a considerar oportuna a realização de uma reunião com todos os Coordenadores, cuja programação prevista para a 3ª semana de setembro, será submetida à aprovação de Vossa Excelência. Nessa oportunidade, pensamos em proporcionar de maneira objetiva àqueles elementos, conhe-

cimento das principais atividades do Ministério da Educação, sobretudo as delimitadas como prioritárias no Programa Estratégico de Desenvolvimento. Além disso, um documento básico será apresentado previamente a cada participante contendo sugestões, a serem discutidas no encontro, visando a adoção do melhor mecanismo de funcionamento do Sistema.

7.4 - Atividades Gerais

Finalmente, focalizaremos neste item, três outras atividades que, abordadas separadamente, demonstram, por um lado o trabalho de articulação dentro da própria Divisão e por outro, a continuidade do tratamento de certos problemas que estavam sendo examinados isoladamente.

7.4.1 - Comissão Especial do Magistério Primário

Um levantamento da situação salarial do professor primário realizada pelo MEC, demonstrou que em muitos Estados e Territórios o professor recebe abaixo do salário mínimo e muitas vezes um salário irrisório. Para estudar a possibilidade de melhoria dessa situação, constituiu-se por determinação de Vossa Excelência uma Comissão Especial, composta de um representante do Departamento Nacional de Educação, um do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, um da Confederação dos Professores Primários do Brasil, um do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um do Serviço de Estatística da Educação e Cultura e um desta Secretaria Geral. Nove reuniões já foram realizadas, encontrando-se o trabalho da comissão em fase final, dependendo apenas da elaboração de um relatório que deverá ser entregue no dia 30 de setembro, contendo toda a problemática e respectivas sugestões.

7.4.2 - Publicações do MEC

Concluído o levantamento das publicações editadas pelos diversos órgãos do MEC, com base em dados de 1967, apresentamos a Vossa Excelência, no dia 28 de agosto p.p., um relatório no qual as publicações foram divididas, para

feito de análise, em três espécies: as de caráter informativo e promocional (12 títulos diferentes) com que se dispon-deu a soma aproximada de NCR\$ 95.581,45; as de caráter técnico (aproximadamente 20 títulos) com que se gastou a importância de NCR\$ 330.743,62 e as publicações das Universidades que por falta de dados não foi possível apresentar o custo. Sugeriu-se ainda nesse relatório a formação de um grupo de trabalho para julgar da possibilidade de uma unificação e ao mesmo tempo examinar a oportunidade de permanência das ou-tras publicações. Tendo a sugestão sido aceita por Vossa Excelência estamos estudando a constituição do referido grupo de trabalho.

7.4.3 - Levantamento do Ensino Médio

Está concluído, dependendo dos trabalhos datilográficos, o levantamento da situação quanto à regularidade de todos os estabelecimentos de ensino médio no país, conforme determinação da Portaria Ministerial nº 704-A, de 28 de novembro de 1967. Todavia, somente serão relacionados aqueles vinculados ao Sistema Federal de Ensino, de acordo com a opção aprovada por Vossa Excelência, em estudo que lhe apresentamos em 15 de julho, expondo as dificuldades para um trabalho completo. O Grupo de Trabalho formado por representantes das Diretorias de Ensino Secundário, Comercial, Indus - trial e Agrícola entregará as conclusões ainda no mês de setembro.

4.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
- Balancete do mês de agosto de 1968 -
(CONTA -- GF/64/150.425-8)

R E C E I T A

P.N.C.

Suprimentos

Crédito aberto conforme aviso Nº 56.289 a débito da Agência Central de Brasília, conforme telex 68/17.16.	500.000,00
Crédito aberto conforme aviso Nº 056.078 a débito da Agência Central de Brasília, conforme telex 68/21.79.	500.000,00
Crédito aberto conforme aviso Nº 562.89 a débito da Agência Central de Brasília, conforme telex 68/171.09.	<u>500.000,00</u>

1.500.000,00

Convênios Pagos

4.3.2.0 - Auxílios para obras Públicas	
Museu de Arte Moderna	100.000,00
Governo do Estado do Pará	100.000,00
Governo do Estado do Maranhão	50.000,00
Inst.Hist. e Geog.Brasileiro	100.000,00
4.1.2.0 - Serviço em Regime de Programção Especial	
Custeio Secretaria Executiva do PNC	170.000,00
Inst.Hist.e Geog.Brasileiro	100.000,00
Universidade Federal de Minas Gerais	40.000,00
Governo do Estado do Maranhão	50.000,00
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	5.000,00
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4.000,00
Instituto Nacional do Livro	<u>80.000,00</u>
Saldo no Banco do Brasil S/A. Ag.Centro	799.000,00
	701.000,00

1.500.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANO NACIONAL DE CULTURA, 30.8.68

Confere: As.) CÂNDIDA MARIA DO NASCIMENTO

Visto: As.) CHLÉO GOULART
Secretário Executivo do P.N.C.

/ml.

SETOR DE FINANÇAS

RECURSOS DO ENSINO PRIMÁRIO DE 1967

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL DO MÊS DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	SALDO ANTERIOR	PAGO NO MÊS	SALDO
ACRE	29 115,41	-	29 115,41
ALAGOAS	-	-	-
AMAPÁ	5 421,78	-	5 421,78
AMAZONAS	120 677,35	-	120 677,35
BAHIA	-	-	-
CEARÁ	D - 10,00	-	D - 10,00
DISTRITO FEDERAL	-	-	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-
GOIÁS	-	-	-
GUANABARA	163 965,01	-	163 965,01
MARANHÃO	-	-	-
MATO GROSSO	137 208,21	-	137 208,21
MINAS GERAIS	973 594,02	496 532,95	477 061,07
PARÁ	-	-	-
PARAÍBA	-	-	-
PARANÁ	282 997,42	-	282 997,42
PERNAMBUCO	-	-	-
PIAUI	241 811,15	-	241 811,15
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL	633 130,90	-	633 130,90
RIO DE JANEIRO	369 832,58	-	369 832,58
RONDÔNIA	6 798,98	-	6 798,98
RORAIMA	-	-	-
SANTA CATARINA	168 983,65	-	168 983,65
SÃO PAULO	960 645,12	-	960 645,12
SERGIPE	107 912,03	-	107 912,03
T O T A I S	4 202 083,61	496 532,95	3 705 550,66

Soma-se ao saldo NCr\$ 242 210,16, quantia não paga a C.N.M.E.

SETOR DE FINANÇAS

RECURSOS DO ENSINO MÉDIO DE 1967

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL DO MÊS DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	SALDO ANTERIOR	PAGO NO MÊS	SALDO
ACRE	10 664,11	--	10 664,11
ALAGOAS	--	--	--
AMAPÁ	17 188,14	17 188,41	--
AMAZONAS	92 783,81	--	92 783,81
BAHIA	--	--	--
CEARÁ	--	--	--
DISTRITO FEDERAL	--	--	--
ESPÍRITO SANTO	--	--	--
GOIÁS	--	--	--
GUANABARA	612 260,64	612 260,64	--
MARANHÃO	--	--	--
MATO GROSSO	121 858,57	--	121 858,57
MINAS GERAIS	1 292 806,87	530 050,81	762 756,06
PARÁ	223 976,20	--	223 976,20
PARAÍBA	--	--	--
PARANÁ	96 592,46	--	96 592,46
PERNAMBUCO	--	--	--
PIAUI	147 175,29	--	147 175,29
RIO GRANDE DO NORTE	--	--	--
RIO GRANDE DO SUL	597 839,55	597 839,55	--
RIO DE JANEIRO	--	--	--
RONDÔNIA	--	--	--
RORAIMA	3 372,20	--	3 372,20
SANTA CATARINA	297 160,88	--	297 160,88
SÃO PAULO	851 006,25	--	851 006,25
SERGIPE	82 926,13	--	82 926,13
T O T A I S	4 447 611,10	1 757 339,14	2 690 271,96

MEC - SECRETARIA GERAL - SECRETARIA EXECUTIVA DO PNE - 3 -
PROGRAMA: SETOR DE FINANÇAS

252.1.0501 RECURSOS CONVÊNIOS DIRETO - AUXÍLIOS P/OBRAS PÚBLICAS
VERIFICAÇÃO CONTÁBIL ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
ACRE	22 500,00	-	22 500,00
ALAGOAS	146 250,00	95 945,00	50 305,00
AMAZONAS	90 000,00	36 000,00	54 000,00
BAHIA	532 500,00	192 000,00	340 500,00
CEARÁ	310 000,00	126 000,00	184 000,00
ESPÍRITO SANTO	157 500,00	-	157 500,00
GOIÁS	262 500,00	59 502,00	202 998,00
MARANHÃO	330 000,00	178 000,00	152 000,00
MATO GROSSO	87 500,00	84 000,00	3 500,00
MINAS GERAIS	687 500,00	300 000,00	387 500,00
PARÁ	152 500,00	12 000,00	140 500,00
PARAÍBA	275 000,00	94 000,00	181 000,00
PARANÁ	413 250,00	71 598,00	341 652,00
PERNAMBUCO	410 000,00	120 000,00	290 000,00
PIAUI	175 000,00	144 000,00	31 000,00
RIO GDE DO NORTE	107 500,00	67 500,00	40 000,00
RIO GDE DO SUL	429 000,00	224 250,00	204 750,00
RIO DE JANEIRO	175 000,00	-	175 000,00
SANTA CATARINA	125 000,00	56 662,00	68 338,00
SÃO PAULO	575 000,00	153 677,50	421 322,50
SERGIPE	82 500,00	67 995,00	14 505,00
T O T A I S	5 546 000,00	2 083 129,50	3 462 870,50

PROGRAMA:

SETOR DE FINANÇAS

252.1.0501 RECURSOS SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL - 1968

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
ACRE	2 636,53	-	2 636,53
ALAGOAS	42 942,15	28 676,25	14 265,90
AMAPÁ	5 294,25	-	5 294,25
AMAZONAS	15 840,75	10 695,00	5 145,75
BAHIA	73 340,35	-	73 340,35
CEARÁ	259 951,75	143 981,25	115 970,50
DISTRITO FEDERAL	236 273,75	-	236 273,75
ESPÍRITO SANTO	7 075,15	-	7 075,15
GOIAS	51 583,22	-	51 583,22
GUANABARA	42 306,60	-	42 306,60
MARANHÃO	123 002,28	116 437,50	6 564,78
MATO GROSSO	30 785,30	11 952,50	18 832,80
MINAS GERAIS	61 544,52	-	61 544,52
PARÁ	34 317,03	28 316,25	6 000,78
PARAÍBA	20 305,03	-	20 305,03
PARANÁ	45 239,72	-	45 239,72
PERNAMBUCO	76 337,90	-	76 337,90
PIAUI	37 745,27	32 246,25	5 499,02
RIO GDE DO NORTE	28 771,78	20 655,00	8 116,78
RIO GDE DO SUL	137 245,42	-	137 245,42
RIO DE JANEIRO	21 752,85	-	21 752,85
RONDÔNIA	5 294,25	-	5 294,25
RORAIMA	5 294,25	-	5 294,25
SANTA CATARINA	21 861,00	-	21 861,00
SÃO PAULO	102 538,90	-	102 538,90
SERGIPE	14 345,00	9 040,00	5 305,00
ADM. DO PROJETO			
SECRETARIA GERAL	79.125,00	79 125,00	-
T O T A I S	1 582 750,00	481 125,00	1 101 625,00

SETOR DE FINANÇAS

CONVÊNIOS ESCOLAS DE FRONTEIRA - RECURSOS DE 1967

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL DO MÊS DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	SALDO ANTERIOR	PAGO NO MÊS	SALDO
ACRE	-	-	-
AMAPÁ	50 000,00	-	50 000,00
AMAZONAS	12 000,00	-	12 000,00
MATO GROSSO	29 000,00	12 000,00	17 000,00
PARÁ	36 000,00	-	36 000,00
PARANÁ	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL	15 000,00	12 000,00	3 000,00
RONDÔNIA	24 000,00	-	24 000,00
RORAIMA	60 000,00	-	60 000,00
SANTA CATARINA	9 180,00	6 000,00	3 180,00
T O T A I S	235 180,00	30 000,00	205 180,00

MEC -- SECRETARIA GERAL -- SECRETARIA EXECUTIVA DO PNE
 PROGRAMA; SETOR DE FINANÇAS
 252.1.0504 RECURSOS DO ENSINO PRIMÁRIO DE 1968
 VERIFICAÇÃO CONTÁBIL ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	CRÉDITO	DÉBITO(PAGOS)	SALDO
ACRE	17 820,00	-	17 820,00
ALAGOAS	131 397,75	-	131 397,75
+AMAPÁ	15 456,00	-	15 456,00
AMAZONAS	73 854,00	-	73 854,00
BAHIA	508 191,75	-	508 191,75
CEARÁ	396 544,50	396 544,50	-
DISTRITO FEDERAL	164 414,25	-	164 414,25
ESPÍRITO SANTO	114 666,75	114 666,75	-
GOIÁS	217 998,00	-	217 998,00
GUANABARA	261 632,25	-	261 632,25
MARANHÃO	310 167,00	310 167,00	-
MATO GROSSO	82 541,25	-	82 541,25
MINAS GERAIS	540 960,75	-	540 960,75
PARÁ	1130 308,75	-	130 308,75
PARAÍBA	205 449,75	205 449,75	-
PARANÁ	427 630,50	-	427 630,50
PERNAMBUCO	333 630,00	-	333 630,00
PIAUI	147 683,25	-	147 683,25
RIO GRANDE DO NORTE	94 743,00	-	94 743,00
RIO GRANDE DO SUL	393 970,50	-	393 970,50
RIO DE JANEIRO	223 888,50	-	223 888,50
+RONDÔNIA	29 886,00	=	29 886,00
+RORAIMA	23 226,00	-	23 226,00
SANTA CATARINA	102 069,00	-	102 069,00
SÃO PAULO	534 525,75	-	534 525,75
SERGIPE	67 344,75	-	67 344,75
T O T A I S	5 550 000,00	1 026 828,00	4 523 172,00

+ Foram somados aos Territórios os destaques do orçamento.

MEC - SECRETARIA GERAL - SECRETARIA EXECUTIVA DO PNE - 2 -

PROGRAMA:

SETOR DE FINANÇAS

252,1,0506 e

RECURSOS DO ENSINO MÉDIO de 1968

253.2.0512

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
ACRE	9 903,91	-	9 903,91
ALAGOAS	112 375,86	-	112 375,86
+ AMAPÁ	29 111,07	-	29 111,07
AMAZONAS	85 805,64	=	85 805,64
BAHIA	495 956,46	-	495 956,46
CEARÁ	308 266,20	308 266,20	-
+ DISTRITO FEDERAL	67 062,30	-	67 062,30
ESPÍRITO SANTO	129 367,19	129 367,19	-
GOIÁS	226 918,94	-	226 918,94
GUANABARA	186 769,77	-	186 769,77
MARANHÃO	333 917,10	333 917,10	-
MATO GROSSO	112 704,07	-	112 704,07
MINAS GERAIS	1 195 918,81	-	1 195 918,81
PARÁ	207 172,25	-	207 172,25
PARAÍBA	167 420,83	167 420,83	-
PARANÁ	336 869,21	-	336 869,21
PERNAMBUCO	344 216,73	-	344 216,73
PIAUI	136 120,20	-	136 120,20
RIO GRANDE DO NORTE	153 771,34	153 771,34	-
RIO GRANDE DO SUL	552 965,08	-	552 965,08
RIO DE JANEIRO	297 573,05	-	297 573,05
+ RONDÔNIA	26 274,62	-	26 274,62
+ RORAIMA	26 608,80	-	26 608,80
SANTA CATARINA	274 874,90	-	274 874,90
SÃO PAULO	787 233,50	-	787 233,50
SERGIPE	76 753,55	-	76 753,55
DESTAQUES	-	-	-
COOR.CONT.ADM.PNE	63 258,93	63 258,93	-
TERRITÓRIO FEDERAL			
FERNANDO NORONHA	4 809,69	4 809,69	-
T O T A I S	6 750 000,00	1 160 811,28	5 589 188,72

+ Foram somados aos Territórios os destaques constantes do orçamento.

AAGA/mpm.

SETOR DE FINANÇAS

RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO DE 1 9 6 7

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL DO MÊS DE AGOSTO DE 1 9 6 8

UNIDADE FEDERADA	SALDO ANTERIOR	PAGO NO MÊS	SALDO
ACRE	--	--	--
ALAGOAS	--	--	--
AMAPÁ	--	--	--
AMAZONAS	399 900,00	399 900,00	--
BAHIA	--	--	--
CEARÁ	--	--	--
DISTRITO FEDERAL	--	--	--
ESPÍRITO SANTO	--	--	--
GOIÁS	--	--	--
GUANABARA	506 400,00	--	506 400,00
MARANHÃO	--	--	--
MATO GROSSO	--	--	--
MINAS GERAIS	776 880,00	--	776 880,00
PARÁ	--	--	--
PARAÍBA	--	--	--
PARANÁ	--	--	--
PERNAMBUCO	--	--	--
PIAUI	381 900,00	--	381 900,00
RIO GRANDE DO NORTE	--	--	--
RIO GRANDE DO SUL	--	--	--
RIO DE JANEIRO	635 100,00	--	635 100,00
RONDÔNIA	12 000,00	--	12 000,00
RORAIMA	--	--	--
SANTA CATARINA	311 850,00	--	311 850,00
SÃO PAULO	1 902 750,00	--	1 902 750,00
SERGIPE	176 400,00	--	176 400,00
T O T A I S	5 103 180,00	399 900,00	4 703 280,00

SETOR DE FINANÇAS

RECURSOS DOS CONVÊNIOS DIRETOS C/OS MUNICÍPIOS - 1967

VERIFICAÇÃO CONTÁBIL DO MÊS DE AGOSTO DE 1968

UNIDADE FEDERADA	SALDO ANTERIOR	PAGO NO MÊS	SALDO
ACRE	11 995,00	-	11 995,00
ALAGOAS	-	-	-
AMAPÁ	3 330,00	-	3 330,00
AMAZONAS	-	-	-
BAHIA	-	-	-
CEARÁ	8 000,00	8 000,00	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-
GOIÁS	-	-	-
MARANHÃO	-	-	-
MATO GROSSO	-	-	-
MINAS GERAIS	-	-	-
PARÁ	-	-	-
PARAÍBA	10 400,00	-	10 400,00
PARANÁ	12 000,00	12 000,00	-
PERNAMBUCO	-	-	-
PIAUI	-	-	-
RIO GRANDE DO NORTE	4 000,00	4 000,00	-
RIO GRANDE DO SUL	8 000,00	-	8 000,00
RIO DE JANEIRO	12 000,00	-	12 000,00
RONDÔNIA	-	-	-
RORAIMA	-	-	-
SANTA CATARINA	4 820,00	4 820,00	-
SÃO PAULO	-	-	-
SERGIPE	-	-	-
T O T A I S	74 545,00	28 820,00	45 725,00